



**XIX  
CONBRACE**  
**VI CONICE**  
08 a 13 de setembro de 2015  
VITÓRIA-ES

TERRITORIALIDADE E DIVERSIDADE  
REGIONAL NO BRASIL E AMÉRICA LATINA:  
SUAS CONEXÕES COM A EDUCAÇÃO  
FÍSICA E CIÊNCIAS DO ESPORTE

## FUTEBOL E POLÍTICA, DA ELITIZAÇÃO A IDENTIDADE NACIONAL

Luciano Barros Húngaro da Gama<sup>1</sup>

*PALAVRAS-CHAVE: Futebol, Política, Pública, Identidade.*

### INTRODUÇÃO:

O futebol é conhecido no mundo e reconhecido notoriamente como paixão nacional, porém nem sempre o mesmo teve essa representação. O turfe e o remo foram os primeiros esportes que comoveram o país, mas em 1894, na cidade de São Paulo, o futebol chega ao Brasil através de Charles Miller. A partir deste momento uma série de ações, sobretudo do governo, transformaram esse esporte de início elitista, na paixão que movimenta o povo e o torna incompreensível aos olhos leigos.

Então é necessário a explicação para construção de estádios exclusivos ao futebol, e não para agregar outros esportes, como o Atletismo, classicamente. Segundo Holanda (2010, p. 221) “o Estádio das Laranjeiras, do Fluminense, foi edificado para sediar o Campeonato Sul-Americano de futebol em 1919; o Estádio de São Januário, de 1927, pertencente ao Vasco da Gama”, ou os mais de 30 estádios inaugurados no período da ditadura militar. Com base nessas informações chegou-se a constatação que o financiamento e/ou a construção de estádios para receber eventos esportivos não é uma realidade recente, vinda com a Copa do Mundo de 2014, realizada no Brasil, tem sua origem ainda na década de 1910.

“De todo modo as arenas eram propícias para eventos políticos, Vargas utilizou o São Januário como palco para suas encenações públicas e para seus rituais cívicos de massa” (HOLLANDA, 2010, p. 221). Podemos então verificar que a partir de 1930, com Getúlio no poder, o futebol não seria mais o mesmo, pois o presidente utilizava este espaço, em dias de feriados para fazer passeatas ou desfiles e, anunciar leis ou medidas de cunho popular. Além do esporte ter se diferenciado dos demais na época, o mandatário da nação fez uma pequena profissionalização, onde o jogador passou a ser remunerado, deixando de existir o jogador-amador que “recebia” seu pagamento em galinhas, porcos ou potros, esse advento não vigorou por muito tempo, até que na década de 1960 houve uma série de mudanças estruturais intra e extracampo.

Ao passo que nos anos 1960, já com o movimento das torcidas organizadas, vide a Charanga Rubro-Negra e o agravamento da crise política brasileira, era necessário criar uma forma de entretenimento para a base da população, então um campeonato de futebol de face nacional era propício, uma vez que os campeonatos estaduais atraíam público, mas os campeonatos interestaduais aumentavam o público pagante nos estádios e aumentava a quantidade de espectadores rádio-televisivos. O Torneio Rio-São Paulo, que serviu de base para o “Robertão”, primeiro campeonato brasileiro, é um exemplo de sucesso de campeonato interestadual. Para acompanhar essa política, que furtava da população o interesse público, foram levantados inúmeros estádios de variadas capacidade no Brasil durante a Ditadura Militar, esses estádios, em sua maioria, foram batizados com nomes de militares.

Os anos de 1990 a transformação no futebol foi mais latente, pois mexeu com o extracampo, visando os direitos dos jogadores e as prioridades do governo para com o esporte. A Lei Pelé (nº. 9.615 de 24 de março de 1998) instituiu normas gerais do desporto no Brasil, visando profissionaliza-lo ainda mais. A Lei Agnelo/Piva (nº. 10.264 de 16 de julho de 2001) garantiu a existência do esporte, por meio de uma porcentagem na arrecadação bruta dos concursos de prognósticos e loterias federais e similares (BRASIL, 2001). “A partir dos resultados dos cinco anos de existência da Timemania, o Congresso estuda uma reformulação



da loteria, com o objetivo de resolver os problemas do futebol brasileiro” segundo Silva e Amaral (2013, p. 08), visto que o mesmo foi baseado em um programa de origem europeia.

O governo, em todas suas esferas, presta atenção especial ao futebol. Para tanto o objetivo do estudo é analisar as políticas públicas, que fizeram do futebol a paixão nacional, desde o início da década de 1900 até a contemporaneidade. Passando por movimentos sociais, como as torcidas-organizadas, os eventos esportivos que o Brasil sediou, os quais foram necessários a construção ou reformas onerosas de estádios e arenas, e como esses eventos moldaram a forma de pensar do brasileiro, inclusive, ditando seus comportamentos.

#### CONCLUSÕES:

Pode-se resumir que o jogo de futebol no Brasil,

Nasceu como uma atividade amadora, puramente esportiva e sem qualquer finalidade de lucro, e durante muitos anos foi administrada como tal. Criaram-se diversos órgãos de administração e uma hierarquia que não reconhece os limites geográficos ou conceitos de soberania nacional. (AIDAR, OLIVEIRA e LEONCINI, 2002, p. 71).

Faz-se necessária o conhecimento e reconhecimento que o mundo do futebol tem suas próprias regras, que não se aplicam as demais áreas da atividade econômica. Portanto, fica latente que os investimentos e ações do governo do Brasil para com esse esporte são de puro interesse, tanto intracampo quanto extracampo, só não se pode afirmar, apenas indicar, quais interesses eram esses. Pois empresas estatais patrocinavam clubes, financiamento ou recursos públicos para construção ou reformas de estádios.

O poder público brasileiro pode ter se aproveitado deste desporto como um artifício de entretenimento e alienação popular, um exemplo onde podemos verificar este fato é no período de ditaduras que a nação sofreu, em que se utilizava os estádios para fazer pronunciamentos ao povo ou investindo massivamente em sua popularização.

#### REFERENCIAS:

AIDAR, A. C. K.; OLIVEIRA, J. J.; LEONCINI, M. P. (Org.). **A nova gestão do futebol**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

BRASIL. **Lei nº 10264, de 16 de julho de 2001**. Acrescenta inciso e parágrafos ao art. 56 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, 17 jul. 2001.

HOLLANDA, B.B.B. **O clube como vontade e representação**: O jornalismo esportivo e a formação das torcidas organizadas de futebol do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: 7Letras, 2009.

SCHIMMEL, K. **Os Grandes Eventos Esportivos: desafios e perspectivas**. Belo Horizonte: UNICAMP – Centro de Estudos Avançados. Universidade e Esporte. Conselho Editorial – Coleção CEAv Esporte, 2013.

SILVA, D.; AMARAL, S.. **A gestão da Lei Timemania e os principais resultados do marketing esportivo**. XVIII CONBRACE e V CONICE, Brasil, 2013.

SILVA, F.C.T. da; SANTOS, R.P. dos (Org.). **Memoria social dos esportes**. Futebol e Política: A Construção de uma Identidade Nacional. 2. Vol. Rio de Janeiro: Mauad Editora: FAPERJ, 2006.

---

<sup>1</sup> Licenciando na Escola de Educação Física e Desportos (EEFD), da Universidade Federal do Rio de Janeiro –UFRJ. [lucianogama92@gmail.com](mailto:lucianogama92@gmail.com) .